

Arraial Ferre

História de um atentado patrimonial

Classificado pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público, incluído na protecção especial do Parque Natural da Ria Formosa, o último vestígio de um arraial de pesca do atum no Algarve está a ser transformado num complexo hoteleiro aprovado por todas as entidades, apesar da lei não o permitir. Ana Paula Amendoeira, Secretária-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios - ICOMOS, comenta à Pedra&Cal os contornos pouco claros deste processo. Por: Rosa Amaral

O destino do Arraial Ferreira Neto, situado na foz do Rio Gilão, em Tavira, está em suspenso: a aprovação para aquele local, protegido por lei, de um hotel de cinco estrelas tem levado a vários protestos, entre os quais os da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS. Ana Paula Amendoeira refere "O ICOMOS não pode fazer nada a não ser alertar e protestar contra a situação, pois é um organismo não governamental que tem apenas uma função consultiva junto da UNESCO para o património mundial".

Mas o prestígio, isenção e competência técnica deste organismo, aliado ao facto de ter um conhecimento profundo de todo o processo relativo ao Arraial Ferreira Neto faz com que as críticas de Ana Paula Amendoeira sejam fundamentadas em factos concretos. E ouvidas com toda a atenção.

Como é que o processo chegou às mãos do ICOMOS? Em Julho do ano passado, a Comissão Nacional do ICOMOS foi solicitada, pelo então Director do Parque Natural da Ria Formosa, a emitir um parecer sobre o valor histórico-arquitectónico do Arraial Ferreira Neto e, também, a tentar avaliar quais os impactos para o local do projecto de transformação do Arraial numa unidade hoteleira.





ra Neto:

Do antigo Arraial Ferreira Neto já pouco resta para além da memória. Embora o processo de licenciamento do Hotel seja polémico, as obras já começaram.

13



Como é que o processo chegou às mãos do ICOMOS?
Em Julho do ano passado a Comissão Nacional do ICOMOS foi solicitada, pelo então Director do Parque Natural da Ria Formosa, a emitir um parecer sobre o valor histórico-arquitectónico do Arraial Ferreira Neto e, também, a tentar avaliar quais os impactos para o local do projecto de transformação do Arraial numa unidade hoteleira.

Um património para o Algarve

O Arraial Ferreira Neto é hoje um exemplar único das 17 armações de pesca do atum que existiram na costa portuguesa e uma memória viva da história do próprio Algarve. Desde que os fenícios introduziram na Península Ibérica não só as artes da pesca como também o tratamento do pescado, o Algarve começou a orientar praticamente a totalidade da sua economia para o mar.

Com os romanos, a actividade piscatória em todo o Sul de Portugal tornou-se um símbolo da prosperidade económica e a pesca do atum já era na altura uma das mais importantes. A prova deste facto foi encontrada no Algarve, durante as escavações da antiga cidade romana de Ossonoba: algumas moedas do espólio da escavação representam numa das faces um barco e, na outra, um atum.

Durante a Idade Média a pesca do atum tinha o estatuto de "pescaria real" e era um direito exclusivo da coroa, rendendo bom dinheiro e continuando, durante os séculos XV e XVI, a engordar as receitas do tesouro real. Durante o século XVIII, o Marquês de Pombal reanimou a actividade que se encontrava em crise e em 1813 há notícias de um requerimento ao Rei por parte dos pescadores algarvios para a criação da Reais Pescarias do Reino do Algarve, o embrião daquilo que mais tarde ficou conhecido como "Companhia de Pescarias do Algarve".

O Arraial Ferreira Neto ocupa 20 mil metros quadrados e foi construído em 1943 pela Companhia de Pescas do Algarve. É uma construção cuja arquitectura e planeamento são representativas do gosto, racionalidade e hierarquização do espírito do Estado Novo. Contava com cerca de 60 habitações, escola, capela, posto médico, sanitários públicos, cantina, clube, habitações dos professores e um sector industrial composto por diversos armazéns e oficinas.

Ao longo dos séculos a pesca do atum constituiu para toda a região do Algarve um importante foco de desenvolvimento económico tendo sido apenas nos anos 60 que a actividade começou a decair. Contra ventos e marés, o Arraial Ferreira Neto foi capaz de sobreviver mais dez anos até que não conseguiu lutar mais contra o destino. Nos anos 70, devido a dificuldades económicas inultrapassáveis, o Arraial teve de encerrar definitivamente.

Sobrou memória, fragmentos da história de um povo e de uma actividade que durante séculos lhe moldou as vidas. Uma memória que o projecto hoteleiro aprovado para o local vai fazer desaparecer para sempre.

R.A.

"O Director pediu-nos este parecer em desespero de causa. É preciso que se saiba que todo este processo decorreu sempre sem a mínima preocupação de qualquer entidade. Aqueles técnicos lutaram sozinhos contra um processo completamente ilegal". E não foi fácil. Ana Paula Amendoeira descreve o clima de apreensão vivido por aqueles funcionários do Parque Natural da Ria Formosa: "Na função pública não existem muitas pessoas assim, empenhadas em cumprir as suas funções. Mais, em extravasar largamente aquilo que lhes era exigido e, pondo mesmo em risco os seus cargos. Houve muitos que acabaram por sair do Parque. Foi um processo muito complicado, que não é do conhecimento público".

O parecer foi enviado ao Director do Instituto de Conservação da Natureza e o ICOMOS entregou cópias ao Presidente da República, Primeiro Ministro e Ministros do Equipamento Social, da Cultura e do Ambiente, Presidente do IPPAR, Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, bem como aos directores dos principais órgãos de comunicação social nacionais e associações de protecção da natureza. Respostas só chegaram de Belém e de S. Bento, institucionais. E um comentário concordante com o parecer do ICOMOS vindo do Director-Geral da DGEMN. "A Direcção-Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul foi uma das instituições que deu sempre parecer negativo ao projecto".

Um projecto que, segundo o parecer do ICOMOS, está coberto "de erros graves ao nível legal, técnico, científico, ético e estético". E avisa que o facto de se estar perante um conjunto histórico tradicional e homogéneo, obriga a que seja cuidadosamente conservado sem alterações, tal como é referido na Recomendação de Nairobi para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, adoptada pela Unesco em 1979 e ratificada pelo Estado Português.

O parecer do ICOMOS salienta ainda a fraquíssima qualidade do projecto no que diz respeito à conservação e restauro dos edifícios, "sendo mesmo a sua execução altamente prejudicial não só para a preservação do monumento como para o equilíbrio da paisagem protegida em que se insere, promovendo a pressão turística altamente nociva e incompatível com um turismo que se quer ecológico num ecossistema ainda equilibrado".

O plano de ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, aprovado por todos os ministérios e publicado em Diário da República tem a força de lei. "Este plano de ordenamento é claríssimo quanto à proibição de qualquer construção na área do Parque a não ser edificações efémeras e amovíveis. Além disso, o Parque Natural da Ria Formosa tem espécies que só nidificam ali. O projecto de um hotel de cinco estrelas para o Arraial Ferreira Neto vai contra as disposições do plano de ordenamento, é incompatível", diz Ana Paula Amendoeira acrescentando que o

E qual a solução? "Claro que o Arraial deveria ser recuperado. Havia uma ideia que, para mim, fazia todo o sentido que era usar as estruturas para apoio à Universidade do Algarve para investigações marítimas, transformando as casas em pequenos gabinetes ou laboratórios..."

Arraial, com a sua construção proto-urbana e com pequenas casas de características humildes, não é transformável num hotel de luxo. "Como é que se vão colocar ali suites, piscinas, saunas, jaccuzis, sem descaracterizar as construções? É impossível."

E qual a solução? "Claro que o Arraial deveria ser recuperado. Havia uma ideia que, para mim, fazia todo o sentido que era usar as estruturas para apoio à Universidade do Algarve, para investigações marítimas, transformando as casas em pequenos gabinetes ou laboratórios. Recuperava-se a tipologia e ficava-se com um equipamento ligado à memória da pesca do atum, continuando a ligação ao mar". Mas esta ideia foi ultrapassada pela pressão do imobiliário. "Não se vai recuperar nada. Além disso o hotel aumenta em cerca de 40 por cento a área de construção e tem cerca de 200 camas. Estão previstas estradas numa zona onde são proibidas. Em suma, foram feitas alterações irreversíveis naquele sistema ecológico equilibrado que é



EDICON

CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA

**Empresa especializada em restauro
de monumentos
e património arquitectónico**

EDICON - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA

Rua do Poder Local nº 2 S/L B • 1675 PONTINHA • Telef.: 478 24 17 Fax: 478 24 68



Proteger para recuperar

A Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional para os Monumentos e Sítios - ICOMOS é uma entidade não governamental e um parceiro consultivo da UNESCO, chamada a dar pareceres quando está em causa a classificação de Património Mundial em território português. Esta classificação, segundo Ana Paula Amendoeira, "mediatizou-se muito no últimos anos e por isso as pessoas tendem a valorizá-la por variados motivos, esquecendo por vezes aquilo que realmente é fundamental, que é a conservação do património". Apesar de em Portugal não existirem problemas muito graves é verdade que, segundo a Secretária-Geral de delegação portuguesa do ICOMOS, "por vezes os sítios ficam piores depois da classificação de património da humanidade". Isto, porque "as pessoas não entendem que a classificação não é o fim de um processo mas sim o princípio". Foi o que aconteceu com Sintra? "Chegaram à Unesco uma série de informações a denunciar o estado de degradação da paisagem de Sintra e a Unesco pediu parecer à Comissão Nacional do ICOMOS?! adianta Ana Paula Amendoeira.

Um parecer que não agradou a toda a gente mas que, segundo a Secretária-Geral da delegação portuguesa do ICOMOS, apenas referia o estado de conservação da Paisagem Cultural de Sintra, classificada como Património da Humanidade. "O ICOMOS é uma entidade independente e com uma filosofia muito rigorosa em termos de isenção e análise técnica". É este selo de qualidade que leva várias entidades a pedirem pareceres ao ICOMOS em casos concretos como aconteceu com o Arraial Ferreira Neto.

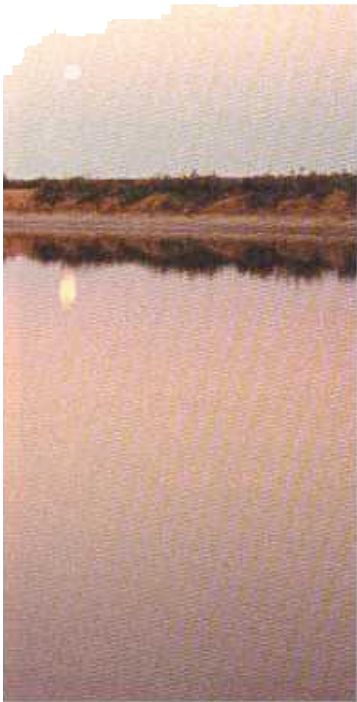
património natural classificado com regras muito claras para a sua protecção. Os promotores da obra fizeram alterações ao projecto, que aumentam ainda mais a pressão sobre o sítio: aumento dos lugares de estacionamento, construção de uma cave, construção de estrada de acesso ao hotel no interior do Parque Natural, etc."

"Este projecto nunca deveria ter existido. Não podia ter passado no Parque Natural, porque o plano de ordenamento o proíbe. Nunca poderia ter sido aprovado pela Câmara de Tavira, porque o PDM o proíbe. Tal como não deveria ser aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza sem ter existido um estudo de impacto ambiental, o que é proibido por lei". Ou seja, tudo indicava que o projecto nunca poderia ir para a frente, mas foi.

"É um escândalo nacional", diz Ana Paula Amendoeira. No parecer emitido pelo Conselho Consultivo do IPPAR relativamente à classificação do Arraial Ferreira Neto como Imóvel de Interesse Público, e ao qual a Pedra&Cal teve acesso, afirma-se que aquele conjunto era considerado um exemplo único da pequena comunidade industrial com expressão proto-urbana ainda da primeira metade do século XX existente em Portugal. É que o processo estava abundantemente fundamentado relativamente ao seu valor histórico e arquitectónico.

Os membros do Conselho Consultivo do IPPAR lamentam "a recusa dos proprietários do Arraial face à hipótese de classificação". O mesmo parecer realça ainda a importância do conjunto e das suas potencialidades "no quadro dos espaços do seu Parque Natural na perspectiva de um renovado turis-

Apesar de estar localizado numa zona protegida e defendida por um PDM, o Arraial não conseguiu escapar a uma morte anunciada




mo de face ecológica", bem como a necessidade de salvaguardar imediatamente aquele conjunto.

Isto foi em Fevereiro do ano passado. Dois ou três meses depois, o IPPAR esquece o parecer do seu Conselho Consultivo e aprova naquele local a construção de um hotel com duzentas camas e uma piscina em forma de atum, cujo projecto só tinha pareceres negativos, não tinha estudo de impacto ambiental e não cumpria o plano de ordenamento do Parque. "Como é que é possível?", interroga-se Ana Paula Amendoeira.

A Pedra&Cal sabe ainda que, em 1998, a convite do Parque Natural da Ria Formosa, tanto a Direcção Regional de Faro do IPPAR, como a Direcção do Sul da DGEMN assinaram um memorando sobre o Arraial Ferreira Neto no qual todos consideraram, juntamente com os técnicos do Parque, a necessidade de salvaguardar a arquitectura interior e exterior daquele conjunto, como testemunha de um modo de vida de um povo e de uma região.

Nessa reunião ficou ainda assente que não se deveria nunca subordinar o

Arraial Ferreira Neto a uma utilização que destruísse a sua identidade, além da necessidade daquele conjunto continuar a ser usufruído pela população algarvia como património colectivo.

O mais irónico de tudo é que esse memorando não esquece a legislação relativa ao Parque Natural da Ria Formosa, nomeadamente, o Decreto Regulamentar n.º 2/91 de 24 de Janeiro onde se afirma não ser permitida naquele área qualquer tipo de construção destinada à habitação, mas apenas à manutenção de explorações ligadas à utilização dos recursos marinhos. 

As nossas obras
são o nosso maior património





CONSTRUTORA VILA FRANCA
Fundada em 1957

Estimada Nacional 10 m 137,52 - 2695 Santa Iria de Azóia - Tel. 219 533 230 - Fax 219 533 230